

DPRJ pede nova multa à concessionária Enel Rio

Pedido foi realizado após descumprimento de decisão judicial

Por Richard Stoltzenburg

A concessionária Enel Rio descumpriu a decisão proferida pelo juiz Luiz Olimpio Mangabeira Cardoso, durante plantão judiciário do último sábado (13), que determinou que a empresa regularizasse o fornecimento de energia elétrica em Petrópolis. A ação foi ajuizada pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ).

Impactos

No documento encaminhado à Justiça, a defensoria apontou que após quatro dias da chuva que foi registrada em Petrópolis, cerca de 1.662 clientes ainda permaneciam sem energia nas residências e que a empresa parou de informar o prazo para religação. “A conduta omissiva da ENEL prejudica consumidores, inclusive pessoas com deficiência, crianças, pessoas idosas, eletrodependentes e em situação de pobreza. Mas atinge também estabelecimentos de saúde, comércio e indústria, que tiveram suas atividades paralisadas em decorrência da falta de energia”, cita um trecho do documento.

Diante da situação, a Justiça determinou um prazo de 15 horas para que a Enel realize a religação da energia elétrica aos consumidores afetados. Em caso de descumprimento, foi fixada multa de R\$ 10 mil por hora de atraso, a ser aplicada à concessionária.

O descumprimento

Diante do descumprimento, a Defensoria protocolou uma nova manifestação requerendo o aumento da multa cominatória para R\$ 200 mil por hora, além da adoção de outras medidas coercitivas previstas no Código de Processo Civil. A instituição também solicitou a análise de pedido liminar que não havia sido apreciado pelo magistrado plantonista, reforçando a urgência da situação e a necessidade de assegurar a dignidade da população atingida. Na resposta encaminhada à Defensoria Pública, a empresa informou havia 3.711 residências sem energia em Petrópolis.

Instituições pedem reforço no efetivo

A Unidos por Itaipava (Unita) enviou um novo ofício à Enel Distribuição Rio, na última sexta-feira (13), exigindo a apresentação imediata de um



Moradores do Manga Larga realizaram manifestação contra a concessionária



Bairro Santa Monica ficou sem energia após queda de árvore

plano de contingência, reforço de equipes e explicações detalhadas sobre os apagões que atingiram diversos bairros do município. Para a entidade, o cenário é uma prévia dos transtornos que podem se intensificar a partir de 21 de dezembro, quando a estação mais chuvosa começa oficialmente. “O que vimos nesta semana não pode ser tratado como um evento isolado. Se antes mesmo do ve-

rão Petrópolis já enfrenta apagões prolongados, imagine o que acontecerá quando vierem as tempestades. Precisamos de transparência, planejamento e resposta imediata da concessionária”, afirma Alexandre Plantz, presidente da Unita.

Já o vereador Júnior Coruja, encaminhou um ofício ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), solicitando providências. No docu-

mento, ele cobra não apenas o restabelecimento imediato do serviço, mas também melhorias no atendimento aos consumidores, que relatam dificuldade para registrar reclamações. Segundo moradores, quando o contato ocorre, é feito apenas por meio de atendimento eletrônico.

Em diversas localidades do município, moradores realizaram manifestações contra a Enel devido a demora. Na localidade Meio da Serra, moradores atearam fogo em uma barricada, interditando a via. Fogo também foi atado em galhos e folhas na localidade de Araras e na região do Manga Larga, moradores se reuniram para protestos na via pública.

Posicionamento

A Enel Distribuição Rio informa que normalizou o fornecimento de energia aos clientes da Região Serrana impactados pelas novas chuvas registradas na sexta-feira (12) e no sábado (13). A região já havia sido uma das mais afetadas pela tempestade da última quarta-feira (10), quando ventos de até 105 km/h derrubaram galhos e árvores sobre a rede elétrica, ocasionando interdições em vias públicas. A distribuidora reforça a importância de informar o número do cliente (disponível na conta de energia) para que cada ocorrência seja analisada individualmente.

Vereadora critica falta de execução de emendas

Por Leandra Lima

Petrópolis poderá perder o valor de cerca de R\$ 2 milhões de emenda parlamentar Federal destinados à Secretaria de Defesa Civil e outros repasses impositivos municipais para outras pastas, caso a Prefeitura perca o prazo de execução, que se encerra no dia 31 deste mês. O fato foi salientado em audiência pública realizada na última quinta-feira (11), pela vereadora Júlia Casamasso (PSOL), que voltou a criticar a não implementação plena das emendas destinadas para o exercício de 2025, ressaltando a possibilidade de cancelamento dos valores empenhados.

“Estamos aprovando hoje as emendas impositivas, elas podem ser executadas até 31 de dezembro até 2026. E o que queria chamar a atenção é que as nossas emendas do exercício de 2025, que podem ser executadas até o dia 31, ainda não foram implementadas. Precisamos de compromisso para efetivação delas”, disse em sessão plenária.

Busca ao MPRJ

Frente ao cenário, Júlia encaminhou ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) uma notícia fato, um procedimento que serve para comunicar uma irregularidade, diante a inércia da execução dos recursos destinada à Defesa Civil pelo deputado federal Glauber Braga (Psol), para a aquisição e instalação de geradores de energia nos pontos de apoio na cidade.

Conforme a vereadora, a decisão de acionar o MPRJ ocorreu após uma reunião extraordinária do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), que teve como pauta a apresentação da versão prévia do Plano de Contingência da Defesa Civil para o Verão 2025/2026.

O recurso destina R\$ 1.863.800,00 e já foram empenhados. Para Casamasso, o recurso é essencial para garantir o funcionamento dos pontos de apoio em situações de emergência. “É inadmissível que, a essa altura, a Prefeitura ainda não tenha executado um recurso tão essencial especialmente às vésperas do verão”, ressaltou Júlia.

Sem informações

Diante dos fatos, a parlamentar questionou o Executivo sobre o andamento das articulações para a execução, nesse trâmite e foi identificado que o chefe da pasta não tinha ciência do andamento da emenda.

O Correio Petropolitano questionou a Prefeitura, que informou em nota que, o processo para compra dos equipamentos está em andamento. Porém, conforme os dados do Portal de Transparência da Controladoria-Geral da União, atualizados no dia 11 de dezembro, os valores ainda não foram liquidados.